

Superior Tribunal de Justiça

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.573 - CE (2019/0275167-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : MARLEY CABRAL COUTINHO - CE020850
REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
INTERES. : TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A
ADVOGADOS : JULIANA DE ABREU TEIXEIRA - CE013463
GILMARA MARIA DE OLIVEIRA BARBOSA - CE013461
BRUNO SILVA PEREIRA - CE025384
INTERES. : MACIEL CONSTRUÇOES E TERRAPLANAGENS LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL PEREIRA DE SOUZA - CE011144
ARMANDO HÉLIO ALMEIDA MONTEIRO DE MORAES -
CE013781
FRANCISCO FERNANDO ANTONIO ALBUQUERQUE LIMA -
CE017658

DECISÃO

O ESTADO DO CEARÁ requer a suspensão do acórdão da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) que deu provimento ao Agravo de Instrumento n. 0802422-40.2017.4.05.0000 para determinar reintegração de posse em favor de Ferrovia Transnordestina Logística S.A., bem como a demolição de edificações.

Na origem, Ferrovia Transnordestina Logística S.A., ora interessada, ajuizou ação contra o requerente e a empresa Maciel Construções e Terraplanagens Ltda., pleiteando a reintegração de posse de área *non aedificandi* adjacente à faixa de domínio ferroviária em que fora construída a rodovia estadual que liga os Municípios de Sobral e Miraíma. A liminar foi indeferida.

Contra tal decisão, a interessada interpôs agravo de instrumento, recurso provido sob o fundamento de estar a área em questão dentro da faixa de domínio da ferrovia, a poucos metros dos trilhos, com edificações que oferecem risco a seu funcionamento. Assim, determinou-se a reintegração da interessada na posse da área, além da demolição de todas as edificações que integram a rodovia.

Daí o presente pedido de contracautela, em que o requerente alega a ocorrência de lesão à ordem pública, uma vez que a demolição de trecho da rodovia inviabilizará o funcionamento de toda a estrutura, impossibilitando a normal execução do

Superior Tribunal de Justiça

serviço público rodoviário.

Sustenta a existência de grave lesão à economia pública, destacando a perda do valor de R\$ 23.341.878,15 (vinte e três milhões, trezentos e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e oito reais e quinze centavos), já investido na construção da rodovia, bem como a “mudança na geometria do trecho rodoviário já consolidado na região, novos impactos ambientais causados pela demolição da obra e pela realização de uma nova, desapropriações de [...] propriedades para a criação de um novo trecho e transtornos imediatos aos usuários da rodovia em plena trafegabilidade” (fl. 11).

Afirma que o Superior Tribunal de Justiça entende não ser cabível a concessão de liminares com a determinação de demolição de obras em ações de reintegração de posse.

É o relatório. Decido.

Cabe a suspensão de liminar em ações movidas contra o Poder Público se houver manifesto interesse público ou flagrante ilegitimidade e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, não servindo o excepcional instituto como sucedâneo recursal para exame do acerto ou do desacerto da decisão impugnada (art. 4º da Lei n. 8.347/1992).

Na espécie, reformou-se, por meio do provimento impugnado, decisão liminar de primeira instância para se determinar a demolição de rodovia em ação de reintegração de posse ainda não sentenciada, a despeito do risco de irreversibilidade da medida caso a ação venha a ser julgada improcedente.

A destruição das edificações da rodovia estadual implica a demolição de toda a infraestrutura subjacente – pontes, bueiros, descidas d'água –, como bem pontuou o Juízo da 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará ao apreciar o pedido de antecipação da tutela, oportunidade em que também ressaltou que “o transcurso do tempo desqualifica o fundado receio de que haja perigo de dano imediato ao regular funcionamento do transporte ferroviário” (fl. 139).

Além das severas consequências financeiras da medida para o Estado, também é inequívoco o grande impacto da demolição para os usuários da rodovia em questão, que perderão importante via de locomoção.

As matérias de mérito – a questão jurídica da posse e as medidas

Superior Tribunal de Justiça

necessárias à garantia da segurança dos usuários e funcionários envolvidos nas atividades ligadas à rodovia e à ferrovia – são, de fato, bastante sensíveis e exigem resposta célere do Poder Judiciário. Ademais, a cautela recomenda que eventual ordem de demolição de custosa rodovia que já serve à coletividade como rota de deslocamento entre dois municípios aguarde a instrução completa do feito.

Ante o exposto, **defiro o pedido de suspensão para sustar os efeitos do acórdão da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região nos autos do Agravo de Instrumento n. 0802422-40.2017.4.05.0000.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

